

# INFORME ABICOL

VOL.9 EDIÇÃO 023 21.09.2023

## MERCADO LIVRE DE ENERGIA E SEUS BENEFÍCIOS



O Mercado Livre de Energia (MLE), criado duas décadas atrás, é um ambiente de negociação de compra e venda de energia elétrica no qual o consumidor é livre para escolher e contratar o seu fornecedor diretamente de empresas geradoras e comercializadoras de energia, assim como negociar condições como preço, quantidade de energia, período de suprimento e a forma de pagamento. Atualmente, esse formato responde por quase 35% do consumo total brasileiro de energia. É o oposto do que acontece no mercado cativo, cuja contratação é obrigatória de distribuidoras locais de energia e os preços definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



O tema será debatido na reunião de associados no mês de outubro

Para Maury Garret, gerente de comercialização de energia da ENGIE Brasil Energia, no mercado cativo, o custo da energia e o custo da distribuição são pagos em uma única fatura. No MLE, o consumidor paga duas faturas, uma para a distribuidora e outra para o fornecedor de energia. “A soma destas faturas é inferior ao valor pago no mercado cativo, podendo atingir economia entre 20 e 30% na conta de luz”, ressalta.

A liberdade de negociação de contratos no MLE permite optar por critérios, como preço fixo ou com desconto. No preço fixo, o valor estabelecido será mantido durante a vigência do contrato, independentemente de o governo aumentar a energia. Para efeito de comparação, a tarifa elétrica no mercado cativo teve alta de 70% entre 2015 e 2022, enquanto a evolução do IPCA foi de 58% no período. No MLE, a variação média foi de 9%, conforme a Abraceel. Assim, com preços fixados, os consumidores do MLE têm previsibilidade, não ficam sujeitos às oscilações de reajustes do mercado cativo e mudanças das bandeiras tarifárias.

O MLE ainda é muito restrito no país. Atualmente, podem entrar no chamado Ambiente de Contrato Livre (ACL) apenas clientes que consomem, pelo menos, 500 kW. Ou seja, somente grandes consumidores, como mineradoras, podem comprar energia livremente. A boa notícia é que em setembro do ano passado, portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) determinou a abertura desse mercado para todos os consumidores do Grupo A (média e alta tensão) em janeiro de 2024.

“Vamos sair de um mercado de 10 mil empresas para aproximadamente 300 mil”, prevê Garret, acrescentando, porém, que ainda há algumas burocracias para migrar. Para ingressar no MLE é preciso avaliar o medidor de energia (sem custo para o consumidor), e se a conexão está em conformidade com as normas da ABNT. “Pode haver algum tipo de atualização para indústrias mais antigas. Então, estamos falando de algo que pode ter custo zero, mas pode chegar a R\$ 30 mil”, estima o executivo.

Como já sinalizado pelo governo, o próximo passo é abrir o leque para atender os consumidores do Grupo B (baixa tensão), abrangendo todos os usuários residenciais. A expectativa é que essa abertura aconteça em janeiro de 2028. Estudo produzido pela consultoria Ernst & Young, a pedido da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), apontou que “ao reduzir até 18% da conta de energia dos comércios e residências, o saldo é um efeito positivo de 0,7% em aumento da renda disponível para as famílias brasileiras”. Isso representaria mais de R\$ 20 bilhões do orçamento dos consumidores para compra de bens e de serviços.

### **Uso de fontes renováveis**

No MLE, a energia contratada pode ser convencional ou incentivada. A energia incentivada foi estabelecida para estimular a expansão de geradores de fontes renováveis limitados a 30 MW de potência, como PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas), biomassa, eólica e solar. Para esses geradores serem mais competitivos, o comprador da energia recebe descontos na tarifa de uso, sem contar a possibilidade de contribuir para um mundo mais sustentável e para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Levantamento da Abraceel referente a agosto de 2023 indica que 43% do consumo do mercado livre vem de eólicas, biomassa, PCHs e solar. Esse ambiente incentiva a energia renovável: 55% da geração de energia das fontes renováveis incentivadas é realizada para atender o mercado livre. Um crescimento de 25% nos últimos doze meses. “Um fabricante de colchão, por exemplo, pode colocar um selo informando que seu produto é produzido com energia sustentável”, diz Garret.

Um consumidor pode estar no MLE e ao mesmo tempo gerar energia fotovoltaica, ou com outra fonte renovável. O investimento no sistema fotovoltaico pode gerar economia de até 50% nas contas de energia elétrica, mas o prazo de retorno do investimento (ROI) gira ao redor de quatro anos. Já no MLE, como os custos para migração são baixos, o investimento é recuperado entre um e quatro meses. lembrando que os contratos de adesão no MLE têm prazo de cinco anos de duração.

De acordo com Garret, o Brasil vive hoje uma “janela de oportunidade” com os preços de energia em condição excepcionais devido ao nível elevado que se encontram os reservatórios. “O preço da energia elétrica de curto prazo tem relação direta com o nível dos reservatórios”, informa o executivo. “Como a grande maioria das indústrias de colchões opera no regime de média tensão, tecnicamente, elas estão habilitadas para migrar para o MLE, imediatamente”, complementa.

Calcule a economia no Mercado Livre de Energia – clique aqui: <https://bit.ly/3ZgNBLi>



*Dúvidas, críticas e ou sugestões, entre em contato conosco por email ou whatsapp.*